

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

GABINETE DA REITORIA

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR

ATA N.º 06/2011

1 Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e onze, no salão de eventos do Hotel
2 Manta, às 8h 35min (oito horas e tinta e cinco minutos) teve continuidade a última
3 reunião ordinária do ano deste Colegiado, sob a presidência do professor Antônio
4 Carlos Barum Brod, tendo como secretária Berenice Mattos da Silva e estando presentes
5 os conselheiros Adão Antônio de Souza Júnior, Adão Fernando Santos da Silva, Alex
6 Mulattieri Orozco, Alexandre Ferreira Escouto, Alexandre Luís de Souza Nunes,
7 Andréia Cabral Colares Pereira, Ângelo Marcos de Freitas Diogo, Carlos Cardoso da
8 Costa Silva, Cíntia Goulart Teixeira Gomes, Cléia de Andrade Salles, Daiani Luche
9 Dorow, Danielle Schweickardt, Douglas Pinho de Ávila, Elias Holeva, Flavia Lopes
10 Solari, Francilon Lima Simões, Francisco Carlos Brongar, Idilio Manoel Brea Victoria,
11 Jayme Andrade Neto, José Carlos Pereira Nogueira, Júlia Roberta Sehn, Juliana Roldão
12 Bittencourt, Leonardo Campos Soares, Luis Afonso Tavares Alves da Fonseca, Marcelo
13 Bender Machado, Neusa Fagundes da Silva, Paulo Caetano Virote de Souza, Regina
14 Lúcia Reis de Sá Britto Fiss, Ricardo Lemos Ricardo Sainz, Rogério Coelho Guimarães,
15 Vitor Hugo Borba Manzke, Wilian Bouvier O pró-reitor adjunto Mauro Cunha explicou
16 que todas as alterações decididas na reunião da véspera, que envolviam adequação na
17 estrutura do texto do Regimento Interno do *campus* Pelotas - Visconde da Graça foram
18 feitas à noite, em reunião com o acompanhamento do Diretor Executivo Flávio Nunes e
19 que as propostas enviadas via e-mail pelo conselheiro Ricardo Sainz seriam informadas
20 a seguir; o conselheiro Ricardo Sainz pediu que fosse mantido o nome de Diretoria
21 Adjunta e de Ensino, para contemplar o que o *campus* havia solicitado. O presidente
22 colocou em votação o nome da Diretoria. A proposta do *campus* Pelotas-Visconde da
23 Graça "Diretoria Adjunta e de Ensino", recebeu 11 (onze) votos e a proposta do
24 conselho, padronizar como "Diretoria de Ensino" recebeu 13 (treze) votos, tendo havido
25 5 (cinco) abstenções. Foram retirados o Núcleo de Estudos em Ciências e Matemática
26 (NECIM) e o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NUPEA) e o
27 parágrafo único do artigo VII. Foi incluído o diretor de ensino como participante do
28 Conselho do *Campus* e feita a alteração no número de seus representantes de 17
29 (dezessete) para 6 (seis), sugerida a partir de observação da Auditoria ao *Campus*. O
30 conselheiro Vitor Hugo salientou que as Licenciaturas ficariam em desvantagem, com
31 apenas um representante, por isso cada Licenciatura deveria ter uma representação. O
32 conselheiro Ricardo Sainz explicou que era por eixo e que técnicos e tecnólogos estão
33 juntos. O conselheiro Ricardo Sainz propôs estabelecer o número de 6 (seis)



34 representantes docentes, ficando a representatividade a ser definida em Regulamento do
35 Conselho. A conselheira Daiani perguntou quantos seriam os representantes e foi
36 informada de que seriam 16 (dezesesseis). Colocada em votação a matéria, houve 27 (vinte
37 e sete) votos favoráveis à alteração da composição do conselho e 4 (quatro) abstenções,
38 sem votos contrários. Foram feitas as adequações estruturais necessárias no artigo. O
39 artigo XI (original do Regimento) foi retirado e o novo artigo XI, que trata da
40 inelegibilidade, teve a inclusão de artigo único, excetuando os Coordenadores de
41 Cursos. As alterações foram aceitas por unanimidade. O pró-reitor adjunto Mauro
42 Cunha apresentou as competências da Diretoria de Ensino, que foram adequadas a partir
43 das alterações feitas no Regimento e com as quais os conselheiros concordaram. Houve
44 concordância na retirada do inciso I do artigo 48 (quarenta e oito). O Regimento do
45 *campus* Pelotas – Visconde da Graça foi aprovado com as alterações propostas pelo
46 Conselho. Os itens pendentes do Regimento do *campus* Charqueadas voltaram à
47 discussão. Os representantes do *campus* propuseram a manutenção das Coordenadorias
48 de Pesquisa e Extensão separadas e a Coordenação de Pós-graduação ligada à de
49 Pesquisa, diminuindo assim uma coordenação de curso; que as atividades de orçamento
50 passassem a ser Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (COCAF).
51 Colocado em votação, o Regimento foi aprovado com as alterações propostas, tendo
52 recebido um voto contrário, do conselheiro Antônio Pedro. A seguir, entraram em
53 discussão as alterações na estrutura organizacional da Instituição; o pró-reitor adjunto
54 Mauro falou da necessidade de alteração do prazo de vigência do Regimento Geral do
55 IFSul, dilatando-o de 330 (trezentos e trinta) para 460 (quatrocentos e sessenta) dias. A
56 proposta é que o Regimento seja implementado em 1º de fevereiro, após portarias de
57 dispensa e nomeação de todos os cargos. O conselheiro Nogueira falou sobre o processo
58 de desmonte estrutural que vem sofrendo o *campus* Pelotas, em função do número de
59 funções a serem devolvidas, que até agora já somaram 13 (treze) entre Funções
60 Gratificadas-1 e FG-2, o que causa inúmeros problemas administrativos, inclusive com
61 a alteração de ações que dizem respeito ao todo da instituição, como as de informática;
62 da diminuição da jornada de trabalho; de haver 5 (cinco) cursos e apenas 2 (duas)
63 coordenações, dos quais três superiores, e de não ter mais Comunicação Social; de ter
64 necessitado mexer nas áreas de Ensino, Contabilidade, Financeiro e Patrimônio; que,
65 em função disso, talvez não possa contribuir com algumas ações extensivas aos demais
66 *campi* como vinha fazendo; que espera que o Projeto de Lei 2134 seja aprovado este
67 ano e entre em vigor em junho, que haja prorrogação para entrada em vigor dos
68 Regimentos, ou possibilidade de colocar mais alguns servidores, que gostaria de buscar
69 a solução em conjunto com os conselheiros. O conselheiro Vitor Hugo disse que não
70 podem deixar de ser consideradas as necessidades do *campus* Pelotas e pediu que os
71 conselheiros fossem solidários a elas. O conselheiro Marcelo disse que esse é um
72 problema de gestão e propôs que as questões sejam postas na mesa e discutidas como
73 tal, buscando apoio e soluções. A conselheira Daiani disse que os problemas que sente
74 como pregoeira decorrem em parte dessa situação; que todos devem ter acesso mais
75 fácil à reitoria, por ser a responsável pela emissão das diretrizes que regem a Instituição;
76 que seja possível cruzar as informações entre os *campi* através da reitoria; solicita a
77 desburocratização do Instituto. O conselheiro Ricardo Sainz manifestou-se solidário ao

78 conselheiro Nogueira; solicitou que fosse adiada a transição da estrutura até o início do
79 ano letivo do *campus* Pelotas, o que também é interessante para seu *campus*. O
80 conselheiro Antônio Pedro disse que sempre que houver uma solicitação de qualquer
81 *campus*, desde que não agrida aspectos legais, terá seu apoio. O conselheiro Adão
82 Antônio defendeu que onde há tarefas que atendam a todos os *campi* de forma
83 sistêmica, deve haver estrutura que a suporte, não podendo o ônus recair sobre um único
84 *campus*. O conselheiro Vitor Hugo questionou a burocracia existente para autorização
85 de viagens, que considera preocupante. O conselheiro Nogueira pediu ao reitor que
86 interfira junto à SETEC-MEC, pela reestruturação dos *campi* que deram origem à
87 expansão, que há predisposição para tal, pois em conversa que teve com o senhor
88 Aléssio Trindade de Barros, Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação
89 Profissional e Tecnológica, foi informado de que se fosse levada argumentação, haveria
90 possibilidade de conseguir a reestruturação. Os demais diretores-gerais manifestaram
91 sua solidariedade ao *campus* Pelotas. O conselheiro Marcelo propôs 1º de abril como
92 data para a implantação, quando o PL deverá estar aprovado. A pró-reitora Janete
93 explicou que as FG-1 vieram para a Instituição com a expansão e que ficaram paradas
94 por três anos para análise das necessidades; que o *campus* Pelotas não está perdendo
95 funções, mas tem que redistribuí-las. Concorda que a parte sistêmica deve atender todos
96 os *campi* e cada um deve ser responsável por si. Os conselheiros Idílio e Leonardo
97 Missiaggia reiteraram o apoio recebido do *campus* Pelotas, mas disseram que os *campi*
98 precisam das funções para sua reestruturação. O conselheiro Nogueira agradeceu os
99 pares, disse também que há insatisfação de pessoas que perderam funções; retificou o
100 número de cursos sem coordenador, seis e não cinco, e disse que vai continuar apoiando
101 os demais no que for possível. Considerando o número de novos conselheiros, o
102 presidente explanou sobre a estrutura do IFSul; disse que o que ocorreu com o *campus*
103 Pelotas aconteceu com todos os antigos Centros Federais de Educação, Ciência e
104 Tecnologia (CEFETs); que a reitoria precisou separar do *campus* Pelotas para não
105 sombreá-lo nem prejudicar sua autonomia; que foi necessária uma fase de transição; que
106 quando houve a expansão houve erro, e que os novos *campi* receberam funções em
107 demasia e que essas vinham carimbadas; que achou por bem desviá-las para pessoas que
108 estavam trabalhando não só para o *campus* Pelotas, como para os demais *campi*; que
109 posteriormente pediu ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de
110 Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) que não mandasse funções
111 carimbadas porque isso prejudicava a estrutura dos *campi*; que acredita que a aprovação
112 do PL vai sanar todos os problemas e salientou que os *campi* não podem incorrer em
113 erros antigos, como a criação de cursos na expectativa de posterior vinda de função; que
114 entende a preocupação dos diretores, mas acredita que até julho tudo estará resolvido. O
115 conselheiro Nogueira reiterou pedido de empenho ao reitor no sentido de este apresentar
116 à SETEC a fundamentação dos motivos do *campus* Pelotas na busca de condições para
117 sua reestruturação. O presidente garantiu seu comprometimento, não só como CONIF,
118 mas também pelo que o IFSul vem apresentando. O presidente colocou em votação as
119 datas sugeridas para implantação da nova estrutura: 1º de julho, proposta pelo
120 conselheiro Vitor Hugo e 1º de abril, proposta pelo conselheiro Marcelo. O conselheiro
121 Vitor Hugo retirou sua proposta, por sentir-se contemplado com a outra data sugerida.



Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including names like Brongos, and other illegible signatures.

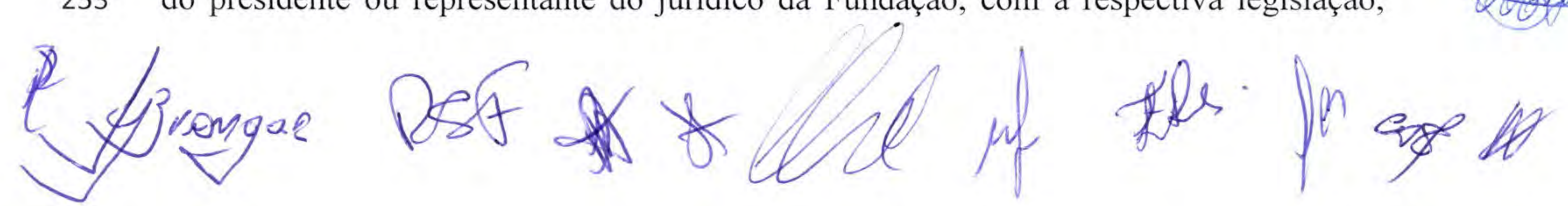
122 Assim, a data de 1º de abril para inclusão da estrutura organizacional foi aprovada pelos
123 conselheiros, com uma abstenção. Em continuidade, foi apresentada a proposta de
124 alteração do artigo 152 do Regimento Geral, passando o prazo de 330 (trezentos e
125 trinta) para 460 (quatrocentos e sessenta) dias, que foi aprovada por maioria absoluta,
126 com duas abstenções. A seguir, o presidente explicou que a Controladoria Geral da
127 União (CGU) não pedia solicitação de portaria para Auditor Interno, o que ocorre agora.
128 Assim, apresentou o do servidor Henrique Ziglia Maia e submeteu seu nome à
129 aprovação do Conselho. O servidor apresentou-se, falou de sua história no IFSul e fora
130 dele; disse que esse currículo apresentado foi enviado à CGU; que a Auditoria existe na
131 Instituição por força do Decreto 3591/2000. Os diretores-gerais o parabenizaram e os
132 conselheiros Cléia e Luis Afonso deram depoimentos salientando a importância do
133 trabalho da Auditoria em seus *campi*. O conselheiro Ricardo Sainz salientou que está
134 havendo grande parceria entre o *campus* Pelotas-Visconde da Graça e o Auditor. O
135 nome do servidor Henrique Maia foi aprovado por unanimidade. O presidente colocou
136 em apreciação as portarias *ad referendum*. O conselheiro Ricardo Sainz pediu que fosse
137 alterado o calendário do *campus* Pelotas-Visconde da Graça, considerando os dias 27,
138 28, 29 e 30 de dezembro como não letivos, transferindo-os para os dias 02, 03, 04 e 05
139 de abril. O pró-reitor Odeli pediu que os diretores-gerais enviassem os calendários
140 corretos à Pró-reitoria de Ensino e que informou que, quando a alteração é no período
141 de férias, não constitui alteração de calendário, que basta envio de documento
142 informando a mudança à Diretoria de Gestão de Pessoas. Em relação à Portaria 1811, a
143 conselheira Daiani perguntou se a troca causaria alguma mudança. Foi informada que a
144 única mudança seria a instituição apoiada, que passava a ser o IFSul. Todas as portarias
145 *ad referendum* foram aprovadas por unanimidade, com as alterações no calendário do
146 *campus* Pelotas – Visconde da Graça. O presidente informou da necessidade de retirar-
147 se para cumprimento de agenda e agradeceu a presença de todos. O pró-reitor Odeli
148 pediu que fosse definido o calendário de reuniões do colegiado para 2012, que ficou
149 para fevereiro ou março, em data a ser marcada posteriormente. Dando continuidade,
150 sob a presidência da pró-reitora Janete, foram apresentadas a proposta da extinção da
151 Coordenação do Curso Técnico em Informática e a criação da Coordenadoria do Curso
152 Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, do *campus* Charqueadas, que foram
153 aprovadas por unanimidade. O Auditor Maia disponibilizou-se a prestar esclarecimentos
154 sobre o Programa de Auditoria Interna 2012 (PAINT) elaborado pela colega Ândrea
155 Leite Bergman, presente na reunião; falou sobre a criação de um espaço para o
156 Departamento; sobre a matriz orçamentária e a matriz de risco, que não existia; o
157 orçamento e o cronograma de distribuição da carga horária; que a Auditoria será a
158 interlocutora do IFSul com órgãos externos; disse que o MEC está mudando a maneira
159 de fazer as coisas, que pela primeira vez há um assessor especial de controle interno que
160 não é servidor de carreira do MEC, mas sim da CGU – Sérgio Seabra; que os controles
161 são cada vez mais efetivos. Reportou-se à burocracia, apontada anteriormente por
162 alguns conselheiros e justificou pela responsabilidade da gestão de recursos públicos e
163 pela atividade da Instituição estar arraigada à burocracia, mas disse ser papel da
164 Auditoria trabalhar no sentido de racionalizar os procedimentos, buscando eficiência,
165 economicidade e funcionalidade. Mencionou ter enviado aos conselheiros e-mail da



166 CGU, que aprova previamente o PAINTE do IFSul, entre outras instituições. O
167 conselheiro Vitor Hugo justificou que, quando mencionou a burocracia, não se referiu à
168 fiscalização nem ao controle de processos, com os quais concorda, mas àquela que
169 emperra ações, como a necessidade de oito assinaturas para liberação de viagens; que
170 considera que, se, por exemplo, for viagem relacionada a Ensino, aprovada pelas
171 instâncias superiores do *campus*, bastaria a assinatura do pró-reitor da área; que gostaria
172 de um debate sobre o assunto. A conselheira Daiani questionou, não a burocracia
173 normal, mas a necessidade de consultar a reitoria sempre via sistema para a orientação
174 ou solução de determinados assuntos e solicitou que houvesse um canal mais direto e
175 rápido para tais contatos. Colocado em votação, o PAINTE 2012 foi aprovado por
176 unanimidade. O assunto seguinte foi a alteração da carga horária do Curso Superior de
177 Tecnologia em Gestão Ambiental, do *campus* Pelotas - Visconde da Graça. O pró-reitor
178 Odéli explicou que todos os projetos pedagógicos passam pelo CONSUP para
179 aprovação de, pelo menos, os oito itens que são fundamentais; que o mesmo autorizou a
180 Câmara de Ensino a fazer alterações intermediárias; que no caso do *campus* Pelotas –
181 Visconde da Graça considera a validade das portarias emitidas pela UFPel para a
182 criação dos cursos, que esses vêm sendo reformulados dentro dos padrões exigidos pelo
183 IFSul; que a PROEN analisa os cursos e que, no caso do curso em pauta, foi verificado
184 que a carga horária mínima não atendia às exigências do MEC para cursos de
185 tecnologia, motivo pelo qual está sendo trazido para o Conselho. A alteração proposta
186 na carga horária do curso foi aprovada por unanimidade. A seguir, o conselheiro Idílio
187 apresentou a proposta de alteração do regime de matrícula do Curso Técnico em
188 Informática para Internet – forma subsequente, do *campus* Bagé, de seriado para por
189 disciplina, justificando pela evasão que costuma ocorrer nos cursos noturnos. O
190 conselheiro Brongar salientou que se faz necessária a exigência de pré-requisitos e que,
191 se não incluídos, seu voto será contrário. O pró-reitor Odéli explicou que, se aprovado
192 pelo Conselho, a pró-reitora discutirá e estabelecerá com o curso quais regras regerão as
193 mudanças e que nem só pré-requisitos podem regular matrícula por disciplina. Lembrou
194 que a organização didática da Instituição está sendo discutida e nela estão sendo
195 analisados critérios para diferenciação de cursos com regime de matrícula por séries e
196 por disciplinas, o que hoje se confunde. O conselheiro Idílio disse que esta fase ainda
197 está em construção e que o curso está ainda no seu primeiro semestre. O pró-reitor Odéli
198 manifestou-se contrário à exigência de pré-requisitos e defendeu a discussão sobre a
199 forma de aprender diferente dos modelos tradicionais. O conselheiro Ricardo Costa
200 disse que também proporá semelhante mudança, pois sente essa necessidade em curso
201 que coordena. Colocada em votação, a proposta foi aprovada com três abstenções. O
202 conselheiro Vitor Hugo salientou a importância da presença permanente, no mínimo
203 como convidados, dos pró-reitores de Ensino, Pesquisa e Extensão em todas as reuniões
204 do CONSUP, para que os conselheiros sempre possam ter informações atualizadas. A
205 conselheira Juliana apresentou a proposta de reavaliação do inciso III, do artigo 5.º do
206 Regulamento de Formaturas, a partir da solicitação de formandos e coordenadores de
207 dois cursos do *campus* Charqueadas, para que ambos os paraninfos e oradores pudessem
208 se pronunciar, mesmo havendo tempo limitado para as falas. O conselheiro Paulo disse
209 ser esse também o desejo de outras turmas que irão se formar proximamente. A



210 secretária Berenice explicou como foi criado o Regulamento de Formaturas e salientou
211 a importância de que as cerimônias sejam conduzidas uniformemente em todos os
212 *campi*. O conselheiro Ricardo Sainz disse que as formaturas devem ser repensadas, pois
213 não estão atendendo aos desejos dos formandos. O conselheiro Rogério sugeriu que
214 fosse incluído, na redação do texto do referido inciso, o termo “preferencialmente”.
215 Após troca de experiências, sugestões e discussões sobre a operacionalidade e a
216 formalidade das formaturas em *campi* maiores, foram colocadas em votação as duas
217 propostas: a primeira, de manter o regulamento como está posto, que recebeu dez votos,
218 e a segunda, do *campus* Charqueadas, de acrescentar ao texto o termo
219 “preferencialmente”, que foi aprovada com onze votos, tendo havido quatro abstenções.
220 A pró-reitora Janete lembrou que as comissões de formatura devem ser coerentes e
221 considerar as dimensões do evento para determinar o número de pessoas a usarem a
222 palavra. A conselheira Daiani declarou seu voto favorável à segunda proposta, pois o
223 pedido foi feito apenas para formalizar, não incluindo quebra de protocolo. O assunto
224 seguinte foi o Termo Aditivo do Estatuto da Fundação de Apoio ao Instituto Federal de
225 Educação e Tecnologia Sul-rio-grandense (FUNCEFET); a pró-reitora Janete explicou a
226 exigência de aprovação pelo Conselho para que a mesma possa se recredenciar junto ao
227 MEC e executar suas ações de fomento. O Auditor Maia ressaltou a importância da
228 Fundação e o conselheiro Vitor Hugo salientou que o acompanhamento e fiscalização
229 existentes são feitos com bastante cuidado, o que dá a possibilidade de desenvolver
230 inúmeros projetos através da mesma; informou que a Instituição foi premiada por
231 organizar e coordenar o prêmio “professor do Brasil”, o conselheiro Ricardo Sainz
232 salientou que o Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Petróleo Brasileiro S/A
233 (PETROBRÁS), entre outros, só repassam recursos via fundações; o conselheiro
234 Brongar disse que tudo o que uma fundação de apoio faz, as instituições podem fazer. A
235 conselheira Daiani concordou com o conselheiro Brongar sobre a história da Fundação e
236 disse não ser ela necessária, pois servia de subterfúgio para atividades obscuras da
237 Instituição, que não vê apoio ao IFSul. O conselheiro Vitor Hugo falou da importância
238 de conhecer a legislação atual das fundações, disponível na internet e disse não aceitar
239 que sejam usados termos como subterfúgio e obscuro, pois desrespeitam a vida
240 profissional dos servidores que desenvolvem projetos apoiados por fundações. O
241 conselheiro Ricardo Sainz lembrou ter o Conselho aprovado em reunião anterior que a
242 Fundação encaminhasse documentos para atualizar seu registro, que é bianual, junto ao
243 MEC/MCT e que o que se ia votar agora era a aprovação do cadastro, com a inclusão do
244 documento solicitado na diligência do MEC, para que seja possível o uso da mesma,
245 quando necessário. O conselheiro Adão Antônio manifestou-se sobre as funções que
246 uma fundação pode exercer, como fundos setoriais e convênios com empresas públicas,
247 disse que a FUNCEFET não parece estar sendo usada para isso e solicitou, assim como
248 o conselheiro Nogueira, a presença de representante da FUNCEFET para
249 esclarecimentos na próxima reunião. A conselheira Daiani questionou atividades feitas
250 para órgãos externos, e foi esclarecida que os trabalhos realizados, como a elaboração
251 de provas para concursos, é uma forma de obter recursos para pagamento de
252 funcionários. A pró-reitora Janete pediu que constasse em ata a solicitação da presença
253 do presidente ou representante do jurídico da Fundação, com a respectiva legislação,



254 para prestar esclarecimentos, na próxima reunião deste Colegiado. Colocou em votação
255 a necessidade da presença de alguém nesta reunião para os esclarecimentos. A proposta
256 recebeu 7 (sete) votos favoráveis, havendo 17 (dezesete) votos considerando
257 desnecessária a presença e 3 (três) abstenções. Esclarecidas as dúvidas sobre a estrutura
258 e composição da FUNCEFET, o aditivo foi posto em votação, tendo sido aprovado com
259 19 (dezenove) votos favoráveis, contra 5 (cinco) votos contrários e 5 (cinco) abstenções.
260 A pró-reitora Janete passou à apresentação do Plano de Desenvolvimento Institucional
261 (PDI), explicando que, anualmente, são criadas comissões nos *campi* e na reitoria para
262 reavaliar e redirecionar metas. O conselheiro Ricardo Sainz informou que faltam
263 algumas inclusões do *campus* e que no dia seguinte haverá reunião com a PROEN, para
264 acertar a inclusão de novos polos/cursos em: Agudo, ofertando Administração,
265 Agroindústria e Contabilidade; Bagé e Cachoeira, Contabilidade; Herval, Agroindústria;
266 Pareci Novo, Administração, Agroindústria e Contabilidade; Pelotas, Administração,
267 Biocombustíveis e Contabilidade; Picada Café, Administração e Agroindústria; Piratini,
268 Biocombustíveis e Agroindústria; São Borja, Administração; São João do Polênise,
269 Agroindústria, para inclusão no PDI. A conselheira Cléia disse que está havendo, nesta
270 data, reunião para discutir o Pró-funcionário, que também deverá ser incluído no PDI. O
271 pró-reitor Odeli disse que deveria haver uma leitura desses cursos do *campus* Pelotas –
272 Visconde da Graça, pelos participantes da reunião que houve durante dois dias para
273 apreciação do PDI, quando não foram apresentados para análise na ocasião; que a
274 inclusão de cursos, aos poucos, não permite uma visão do planejamento total e que, em
275 relação aos cursos a distância não permite a visão da sua influência nas regiões onde
276 serão ofertados, até para permitir parceria com o *campus* que fica na respectiva região,
277 mas defendeu a sua inclusão, bem como a proposta de ampliação dos polos, que deverá
278 passar por apreciação dos conselheiros. Defendeu um planejamento consistente do
279 Instituto, de forma a evitar adendos ao PDI, pois é o documento que o MEC analisa. O
280 conselheiro Ricardo Sainz reconheceu alguns erros do *campus* Pelotas – Visconde da
281 Graça em relação à reavaliação do PDI, no ano passado e neste, que já foram ou estão
282 sendo corrigidos. A conselheira Cléia questionou sobre o Curso Técnico de Formação
283 para os Funcionários da Educação (Pró-funcionário) e se, ao serem criados polos, há
284 necessidade de passar pelo Conselho. O pró-reitor Odeli afirmou que o Pró-funcionário
285 deve ser incluído no PDI como serviço educacional que os *campi* podem oferecer em
286 suas áreas de atuação, que depende do interesse das prefeituras e que, em não havendo
287 esse interesse, será justificado. Em relação à ampliação dos polos, confirmou a
288 necessidade de passar pelo Conselho, pois é ele quem pode autorizar a ampliação do
289 número de vagas. Com referência aos cursos EaD do *campus* Pelotas – Visconde da
290 Graça, o pró-reitor Odeli explicou que constam no PDI os projetos pedagógicos
291 originados da UFPel, e que ampliar implica alteração do projeto pedagógico, precisa ser
292 submetida ao Conselho e não deveria constar no PDI. O pró-reitor sugeriu que seja
293 colocada a ampliação de 5 (cinco) polos EaD com 50 (cinquenta) vagas por turma,
294 ingresso e curso subsequente e anual, sem citar os nomes dos polos, o que foi aceito. Os
295 cursos do Pró-funcionário foi incluído para todos os *campi*. Feitas as inserções e ajustes
296 propostos, o PDI foi aprovado por unanimidade. O conselheiro Luis Afonso informou
297 ser esta a última reunião de que participa como conselheiro, já que vai integrar a



